

Copom mantém Selic em 6,5% ao ano pela sexta vez seguida

Senado aprova intervenção em Roraima; decreto vai à promulgação

Página 4

CNI prevê crescimento de 2,7% da economia em 2019

Página 3

Pela sexta vez seguida, o Banco Central (BC) não alterou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 6,5% ao ano, na última reunião do órgão do ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Com a decisão desta quarta-feira, a Selic continua no menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, em 1986. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018.

Página 3

Justiça anula PPP da iluminação pública da capital paulista

Página 2

Temer sanciona lei que destina verba de loterias para segurança

Página 5

Após seis altas consecutivas, dólar fecha com queda de 1,76%

Após uma série de seis altas consecutivas, o dólar fechou a quarta-feira (12) com queda de 1,76%, vendendo a R\$ 3,8521. A queda de quarta-feira da moeda norte-americana foi a maior desde 8 de outubro, dia seguinte ao primeiro turno eleitoral.

O Banco Central suspendeu os leilões extraordinários de venda futura da moeda, com compromisso de recompra (leilões de linha), mantidos desde que o dólar ultrapassou o patamar de R\$ 3,90. A moeda fechou na terça-feira (11) cotada a R\$ 3,92 para venda, próximo do maior valor registrado desde 2 de outubro.

O índice B3, da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), encerrou o pregão em alta de 0,65%, com 86.977 pontos.

As ações das principais companhias fecharam praticamente estáveis hoje, com Itai em queda de 0,06%, Bradesco com alta de 0,03%, Vale perdendo 0,30% e Petrobras em baixa de 0,09%. (Agência Brasil)

Área agrícola sustentável no Brasil equivale a uma Nova Zelândia

Áreas da área de plantio que utiliza práticas agrícolas sustentáveis e emitem menos gases de efeito estufa. A área equivale à extensão territorial da Nova Zelândia e contribui para que o país atinja 80% do seu compromisso voluntário de redução de emissões de carbono na área da agricultura.

A informação foi dada pelo engenheiro agrônomo Sidney Medeiros, que integra a delegação brasileira do Ministério da Agricultura na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 24). O evento está sendo realizado em Katowice, Polônia, desde o último dia 3.

Segundo Medeiros, o aumento da área sustentável ocorreu a partir de 2010, quando foi lançado o programa "Agricultura de Baixo Carbono" (ABC), que corresponde a uma das ações de incentivo ao produtor rural para adotar práticas de produção combinadas à preservação ambiental ou recuperação do solo degradado.

Por meio do programa ABC, os proprietários rurais têm acesso a uma linha de crédito específica para iniciativas de plantio sustentável e adaptação a efeitos das mudanças climáticas. Desde 2010, o programa já liberou cerca de US\$ 4,4 bilhões. Para este ano, foram disponibilizados US\$ 2 bilhões, dos quais mais da metade já foi captada pelos produtores.

Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,85
Venda: 3,85

Turismo
Compra: 4,01
Venda: 4,01

EURO
Compra: 4,38
Venda: 4,38

OURO
Compra: 142,02
Venda: 160,12

Reforma da Previdência é urgente e necessária, reafirma Guardia



Ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, reafirma necessidade da reforma da Previdência para reduzir os gastos públicos

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse na quarta-feira (12) que o problema fiscal do país só se resolve enfrentando o aumento dos gastos públicos, acrescentando ser necessário e urgente aprovar a reforma da Previdência.

Além de reduzir os gastos públicos, o ministro disse que a reforma tem o objetivo de fazer "justiça social, porque hoje existem regras desiguais" para os setores público e privado.

"É muito importante priorizar os temas pela urgência que têm para o país. O que é urgente e absolutamente necessário é aprovar a reforma da Previdência. Não resolve o problema fiscal com a privatização, resolve o problema fiscal enfrentando o problema do gasto", disse ao ser questionado se a proposta do próximo governo de conseguir recursos com privatizações de estatais é viável.

Além de reduzir os gastos públicos, o ministro disse que a reforma tem o objetivo de fazer "justiça social, porque hoje existem regras desiguais" para os setores público e privado.

Página 3

Esporte

Rubens Barrichello conclui sua sexta temporada na Stock Car

Final de mais uma temporada, a sexta de Rubens Barrichello na Stock Car. O piloto de 46 anos completou mais um ano de carreira ativa, somando assim 19 na principal categoria de automobilismo mundial, e 6 na principal categoria nacional, adicionando ainda um ano na Fórmula Indy e outros em categorias de acesso.

Barrichello, que largou da vigésima terceira posição na última etapa em Interlagos, escalou o pelotão e recebeu a bandeira quadriculada em sexto.

Página 8



Rubens Barrichello em Interlagos

Matheus Ferreira encerra ano de conquistas com mais um pódio no Paulista Light



Jovem talento do kart brasileiro, Matheus Ferreira encerrou sua temporada no último final de semana no Paulista Light em Aldeia da Serra com mais um pódio. O piloto brasileiro de 11 anos foi o quarto colocado na somatória de pontos da etapa final do campeonato.

Na tomada de tempos, Matheus fez o segundo melhor tempo, enquanto na rodada tripla ele terminou com a sétima posição na primeira prova.

Página 8

Fiat/Minas e São Francisco Saúde/Vôlei Ribeirão encerram a rodada

A nona rodada do turno da Superliga Cimed masculina de vôlei 2018/2019 será encerrada nesta quinta-feira (13) com a partida entre Fiat/Minas (MG) e São Francisco Saúde/Vôlei Ribeirão (SP). O confronto será às 20h30, na Arena Minas, em Belo Horizonte (MG), e terá transmissão ao vivo do SporTV 2.

O time mineiro é o oitavo colocado na tabela da competição com 10 pontos após três vitórias e cinco derrotas. Já a equipe paulista aparece logo abaixo, na nona posição, com nove pontos somados com a mesma campanha de resultados positivos e negativos.

Página 8

Belo Horizonte pronta para o Circuito CAIXA TRIDAY Series 2018



Circuito CAIXA TRIDAY Series

Justiça anula PPP da iluminação pública da capital paulista

CESAR NETO



MÍDIAS

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna (diária) de política desde 1993. Na imprensa, publicada no jornal "O Dia" (3º mais antigo diário em circulação em São Paulo - SP). Na Internet desde 1996, o site www.cesarneto.com foi um dos pioneiros no Brasil. No Twitter @CesarNetoReal

CÂMARA

Fechada a composição da Mesa Diretora do maior parlamento municipal da América do Sul. Conforme antecipamos desde o início do 2º semestre de 2017, o vereador Eduardo Tuma será eleito presidente da Mesa Diretora pra 2019. Na vice-presidência o atual e reeleito ...

DE

... presidente Milton Leite (DEM) só não será 1º vice se na hora H quiser homenagear alguém que tenha ainda mais poder que ele (embora Deus não concorra). Pra 2º vice, hoje com o PSD da indicada vereadora Rute Costa, tá rolando uma questão jurídica: o vereador ...

VEREADORES

... Celso Jatene (PR) já é 2º Secretário e talvez tenha que trocar o cargo atual pela 2ª vice-presidência, fazendo com que o PSD de Rute fique com a 2ª Secretária. A Procuradora-chefe, Nazaré Lins, deve esclarecer ainda hoje se somente ao presidente cabe apenas 1 reeleição ...

DE

... Pra 1ª Secretária, como é a vez do Novo Rumo (do eleito deputado federal Rui Falcão e do ex-presidente e reeleito deputado estadual Zé Américo), o PT vai com o vereador Reis, responsável pela eleição de ambos na Zona Sul de São Paulo. Pra 2ª Secretária tá valendo ...

SÃO PAULO

... Finalmente, pra Corregedoria (cargo fora da Mesa mas não menos importante) quem vai ser reeleito é o vereador Souza Santos (PRB), pelo reconhecimento dos colegas de que vem realizando bom trabalho, tornando-se o 'algodão entre os cristais' dos seus 54 colegas.

ASSEMBLEIA (SP)

Nunca foi, nem será fácil - pra deputados eleitos pela 1ª vez - compreender todas as lógicas próprias de um parlamento, muito menos do maior e mais importante estadual do Brasil. Por isso, principalmente reconhecidos em suas áreas. Ali, milhões de votos valem somente 1.

CONGRESSO

O mesmo raciocínio do tópico acima vale tanto pra Senado como pra Câmara Federal. E lá, como são Casas que têm mandatos de durações diferentes, a compreensão das lógicas próprias é ainda mais dificultada. Dai, 'baixos clericos' podem ter sobrevivências maiores.

PRESIDÊNCIA

Eleito Presidente Bolsonaro (PSL) sabia que incomodaria as classes dominantes do Estado brasileiro, na medida que a presença militar (em especial da alta oficialidade do Exército) fosse tomando conta do que o corporativismo cartorial domina desde o 1º Cabral.

PARTIDOS

Se as coisas continuarem a cair no colo do cara que até a eleição (inédita em 1º turno) pra prefeito de São Paulo se apresentava como "sou gestor, não sou político", o agora eleito governador João Dória não só vai acabar dominando o PSDB nacional (paulista já é dele) ...

POLÍTICOS

... como se construir (2019 a 2022) pra ser ser quem pode seguir resgatando o Brasil (de uma volta do PT Lulista), seguindo a linha Bolsonaroista (PSL). Claro que pra isso, Bolsonaro precisará abrir mão de uma reeleição e ainda apoiar Dória com slogan tipo 'Dorianaro'.

EDITOR

A coluna do jornalista Cesar Neto foi se tornando uma referência das liberdades possíveis. Está dirigente na Associação "Cronistas de Política de São Paulo", recebeu a Medalha Anchieta (Câmara Municipal de São Paulo) e o Colar de Honra ao Mérito (Assembleia do Estado de São Paulo)

EMAIL cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balancos, Atas e
Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 -
Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,00
Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: jornalodiassp@terra.com.br
Site: www.jornalodiassp.com.br

O Tribunal de Justiça de São Paulo acatou a apelação feita pelo consórcio Walks, e anulou a Parceria Público-Privada (PPP) da Iluminação Pública da prefeitura de São Paulo. O contrato é investigado por suspeita de fraude. Uma nova licitação deverá ser iniciada em dois meses.

O consórcio que ganhou a licitação foi a FM Rodrigues, suspeito de pagar propina a uma funcionária do Departamento de Iluminação (Ilume) da prefeitura. O contrato, assinado em março deste ano, foi de R\$ 69 bilhões, com vigência de 20 anos, e seria a maior PPP assinada por uma prefeitura no país. Em nota, a prefeitura informou que aguarda a publicação do acórdão e está pronta para cumprir a decisão judicial.

A Agência Brasil tentou contato também com a FM Rodrigues, empresa que ganhou a licitação, mas ainda não obteve retorno.

O caso Em março deste ano, a rádio CBN divulgou uma gravação na qual se revelava o possível pagamento de propina envolvendo a empresa vencedora do processo de seleção da PPP da Iluminação Pública da prefeitura de São Paulo.

A gravação indica o possível pagamento de propina, pelo consórcio FM Rodrigues, vencedor da licitação, à diretora do Departamento de Iluminação da prefeitura, Denise Abreu. O consórcio era responsável pela manutenção da iluminação da capital desde outubro do ano passado, por meio de um contrato emergencial com a prefeitura, que vinha sendo investigado desde dezembro pelo Ministério Público. No áudio, Denise Abreu acusava os então secretários de Serviços e Obras, Marcos Penido, e de Governo, Julio Semeghini, de receber propina da Eletropaulo.

Denise Abreu foi diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em 2007, na época quando ocorreu o acidente com um avião da TAM em que morreram 199 pessoas. Ela respondeu a processo por esse caso.

Dois consórcios disputaram a PPP da Iluminação Pública, que, segundo a prefeitura, previa "a modernização, otimização, expansão, operação e manutenção de todo parque de iluminação da capital paulista". Um deles é o Walks, formado por três empresas: entre elas, a WPR, do grupo Wtorre e também por uma empresa que foi considerada inidônea por envolvimento na Ope-

ração Lava Jato.

O outro é o consórcio FM Rodrigues, suspeito de pagar propina a Denise Abreu.

Quando o envelope da disputa licitatória foi aberto, a proposta da Walks era melhor, oferecendo custo de R\$ 23 milhões por mês à prefeitura, enquanto a proposta da FM Rodrigues era de R\$ 30 milhões. Contudo, a Walks foi desclassificada e, em março deste ano, o então prefeito, João Dória, assinou o contrato da PPP com a FM Rodrigues.

Na gravação, Denise conversa com sua secretária e, em determinado momento, diz que é inimiga do consórcio Walks. No áudio, ela também fala com a secretária sobre um possível pagamento feito pela empresa FM Rodrigues.

Investigação

Em nota divulgada na época, a prefeitura informou ter determinado a instauração de processo investigatório pela Controladoria Geral do Município (CGM). A nota informava que Dória havia determinado à CGM que auxiliasse o Ministério Público no que fosse necessário.

De acordo com a prefeitura, a ex-diretora do Ilume assinou um documento, que foi registrado em cartório, dizendo que ja-

mais interferiu no processo licitatório da PPP da Iluminação Pública. No documento, Denise acrescenta que desconhece "qualquer tipo de envolvimento ilícito entre os secretários Marcos Penido e Julio Semeghini Governo com a Eletropaulo".

A Secretária Municipal de Serviços e Obras disse que a Comissão Especial de Licitação conduziu o processo da PPP dentro da legalidade e ressaltou que Denise Abreu não participou deste grupo. Segundo a secretária, o consórcio Walks foi excluído da licitação "pelo fato de a Comissão de Licitação ter pautado seu trabalho no estrito cumprimento da lei e da transparência" e que a exclusão se deveu ao fato do consórcio ser integrado pela empresa Quatro, controladora da Alumini, que foi declarada inidônea pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e pela Controladoria-Geral da União. Por isso, a empresa não poderia participar de licitações nas três esferas de governo.

Em nota divulgada pela prefeitura, os secretários negaram qualquer envolvimento irregular com a Eletropaulo ou qualquer outra empresa. Denise Abreu e o consórcio FM Rodrigues também negam irregularidades. (Agência Brasil)

Capital paulista tem menos 124 mil famílias endividadas em novembro

Um levantamento feito pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomércioSP) mostra que o número de famílias paulistas endividadas caiu em novembro - foram 124 mil a menos do que no mês de outubro. De acordo com o indicador, 2,02 milhões de famílias (51,5%) têm algum tipo de dívida na cidade de São Paulo - no ano passado, o percentual no mesmo período, era 56,7%.

Outro dado abordado pela pesquisa foi o número de famílias com nome sujo na capital paulista. Segundo o índice, a taxa de inadimplência recuou de 1,6 ponto percentual, marcando 18,5% em novembro - ante 20,1% em outubro. Isso significa que são quase 722 mil famílias que não conseguiram pagar suas dívidas na data do levantamento. No mesmo período do ano passado, a taxa estava mais alta (20,4%).

A taxa de famílias paulistas que declararam não ter condições de quitar a dívida no próximo mês também diminuiu, ao passar de 9,5% em outubro para 8,7% em novembro. Entretanto, na comparação com o mesmo mês do ano passado, houve aumento de 1 ponto percentual.

Na segmentação por renda, ambos os grupos tiveram que-

da. As famílias com rendimentos abaixo do salário mínimo (R\$ 954) foram as mais endividadas, com 23,2% dessa faixa declarando ter alguma dívida atrasada no mês de novembro, ante 25% de outubro. A inadimplência das famílias com renda superior a dez salários mínimos caiu comparação mensal.

Tipos de dívida

O cartão de crédito continuou o principal tipo de dívida. Em novembro, 70,9% das famílias fizeram compras com cartão. Na segunda posição, veio o carnê, com 13,5%, seguido por financiamentos de carro e de casa, ambos com

12,1%. De acordo com a FecomércioSP, apesar de o resultado geral ser positivo, permaneceu o quadro de alerta dos últimos meses, visto que a queda em alguns itens ocorre sobre níveis históricos elevados. Além disso, o desemprego se mantém alto, o que dificulta o maior controle do orçamento doméstico e a obtenção de crédito. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor é feita mensalmente pela FecomércioSP desde fevereiro de 2004. São entrevistados, aproximadamente, 2,2 mil consumidores na capital paulista. (Agência Brasil)

Atirador de Campinas usou pistola comprada ilegalmente, diz polícia

A pistola usada por Euler Fernando Grandolpho, de 49 anos, para matar cinco pessoas e ferir outras três na Catedral Metropolitana de Campinas foi comprada ilegalmente. Essa é uma das poucas conclusões que a Polícia Civil tem sobre o atirador de terça-feira (11). De acordo com o delegado-chefe do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior (Deinter 2), José Henrique Ventura, a arma com a qual o atirador fez 22 disparos, incluindo o que tirou a própria vida, é de uso exclusivo das Forças Armadas ou Polícia Federal.

Além da pistola 9 milímetros, no momento da tragédia Euler Grandolpho também estava com um revólver. A polícia ainda quer esclarecer agora como ele conseguiu comprar o armamento. Conforme antecipado pela Agência Brasil e confirmado, em seguida, pela polícia, o atirador foi servidor concursado do Ministério Público do Estado

de São Paulo, atuando como auxiliar de Promotoria I, na Comarca de Campinas, região metropolitana de São Paulo.

Desde 2014, no entanto, Grandolpho não trabalhava mais no órgão nem tinha renda própria. Segundo Ventura, desde que saiu do emprego, ele vivia com o pai, em Valinhos, município da região metropolitana de Campinas. "Ele não teria dinheiro suficiente para comprar essas armas e essa munição", disse o delegado a partir das informações fornecidas pela família. O pai e os irmãos, entretanto, ainda não foram ouvidos formalmente em respeito ao luto da família.

Uso da pistola

De acordo com o delegado, a pistola usada no atentado não é simples de ser utilizada, mas as imagens das câmeras de segurança do interior da catedral indicam que Euler tinha noções básicas de como manusear a arma. "Dá a impressão que é uma pessoa que não manuseou pela

primeira vez uma arma daquela", destacou.

O delegado informou ainda que os policiais que entraram na igreja para conter o atirador dispararam nove vezes. Ao ser encerrado, Euler se matou com um tiro na cabeça. Segundo o policial, sem a ação dos agentes, o homem poderia ter descarregado a pistola outras duas vezes com 11 balas, além de ter um revólver carregado com seis projéteis.

Anotações pessoais

A polícia apreendeu vários pertences pessoais de Euler Grandolpho em sua residência, como um notebook, um celular e um bloco de anotações. Segundo Ventura, que o autor do ataque tinha pensamentos paranoicos e confusos. "Tinha uma certa mania de perseguição", ressaltou ao afirmar que grande parte das anotações são "coisas desconexas".

Nas anotações, cuidadosa-

mente escritas, como se fosse um diário, Euler Grandolpho detalhava sua rotina: incluindo datas e horários, assim como números de placas de automóveis que via na rua e frases que escutava. Tudo escrito com letra de forma.

Euler também era uma pessoa muito reclusa. O delegado enfatizou que, aparentemente, o atirador não tinha amigos ou pessoas com quem mantivesse contato real ou virtual. "Não tinha muito relacionamento", disse.

Sepultamento

Euler foi enterrado no Cemitério Parque Flamboyant, em Campinas, onde compareceram pouco mais de 50 amigos e parentes. A cerimônia foi católica e com cânticos religiosos. O velório começou com reforço na segurança.

Alguns dos presentes relataram que Euler era solitário e retraído e que seu comportamento se agravou nos últimos anos. (Agência Brasil)

AGU pedirá a Fux que suspenda decisão sobre multas a caminhoneiros

A ministra da Advocacia-Geral da União, Grace Mendonça, disse na quarta-feira (12) que encaminhará pedido ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux para que reconsidere a decisão de suspender as punições aos caminhoneiros que desrespeitarem a tabela do frete. Ela disse que a AGU está trabalhando para que prevaleça a presunção de constitucionalidade da norma aprovada pelo Congresso Nacional.

"Nós estamos trabalhando com um pedido de reconsideração [da decisão de suspensão das punições] ao ministro Fux, trazendo a perspectiva também da importância de se ter a preservação de presunção de constitucionalidade da norma". Grace Mendonça disse que a decisão de suspender as multas, se adotada, não deve trazer prejuízo a uma análise sobre o tema pelo novo governo, que se iniciará no próximo ano. "Não tenho dúvidas de que

esse será um tema enfrentado por este governo que se inicia, porque vai ser necessário mesmo estabelecer um diálogo com todos os setores para se construir o melhor caminho, o melhor direcionamento. E é possível, através de uma diretrix traçada pela nova gestão governamental, que se tenha um realinhamento da atual política". A decisão do ministro Luiz Fux vale até que as ações contra a constitucionalidade da ta-

bela sejam julgadas pelo plenário da Corte. O pedido liminar de suspensão foi feito pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A tabela de preços mínimos de frete foi instituída pela Medida Provisória 832/2018, convertida na Lei 13.703/2018, e pela Resolução 5.820/2018, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que regulamentou a medida. (Agência Brasil)

Copom mantém Selic em 6,5% ao ano pela sexta vez seguida

Pela sexta vez seguida, o Banco Central (BC) não alterou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 6,5% ao ano, na última reunião do órgão do ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Com a decisão desta quarta-feira, a Selic continua no menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, em 1986. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018.

Em maio, o BC interrompeu a

seqüência de quedas da Selic e manteve a taxa em 6,5% ao ano, numa decisão que surpreendeu o mercado financeiro. Na ocasião, o BC alegou que a instabilidade internacional, que se manifestou na valorização do dólar nos últimos meses, influenciou a decisão.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA acumula 4,05% nos 12 meses terminados em novembro, abaixo do centro da meta de inflação, que é de 4,5%. Apenas em novembro, o índice ficou negativo em 0,21%, a menor taxa para o mês desde 1994.

Até 2016, o Conselho Mo-

netário Nacional (CMN) estabelecia meta de inflação de 4,5%, com margem de tolerância de 2 pontos, podendo chegar a 6,5%. Para 2017 e 2018, o CMN reduziu a margem de tolerância para 1,5 ponto percentual. A inflação, portanto, não poderá superar 6% neste ano nem ficar abaixo de 3%.

Crédito mais barato

A redução da taxa Selic estimula a economia porque juros menores barateiam o crédito e incentivam a produção e o consumo em um cenário de baixa atividade econômica. No último Relatório de Inflação, o BC projetava expansão da economia de 1,4% para 2018, estimativa revista para baixo ao longo do ano. Segundo o boletim Focus, os analistas econômicos projetam crescimento de 1,3% do Produto

Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) em 2018.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir. (Agência Brasil)

CNI prevê crescimento de 2,7% da economia em 2019

A economia brasileira crescerá 2,7% no próximo ano, de acordo com estimativa da edição especial do Informe Conjuntural - Economia Brasileira, que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou na quarta-feira (12).

Segundo a CNI, essa expansão será impulsionada pelo crescimento de 3% da indústria e de 6,5% do investimento. O consumo das famílias aumentará 2,9% em 2019.

No entanto, diz a confederação, esse cenário só se confirmará se o governo eleito fizer o ajuste duradouro nas contas públicas, avançar nas reformas estruturantes, como a previdenciária e a tributária, e adotar me-

das para melhorar o ambiente de negócios, entre as quais esta a desburocratização.

Desemprego e inflação

A previsão da CNI indica que a taxa de desemprego do país cairá para 11,4%, a inflação ficará em 4,1%, a taxa básica de juros, a Selic, alcançará 7,5% ao ano no fim de 2019 e a cotação média do dólar será de R\$ 3,78. A balança comercial fechará 2019 com um saldo positivo de US\$ 45 bilhões. A dívida pública continuará subindo e alcançará 79,5% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país).

A CNI aponta que um risco é se o país optar por reformas limitadas ou incompletas, o que

levará a redução da confiança dos empresários e consumidores. Segundo a confederação, o pior, no entanto, é o adiamento ou a opção por não fazer as reformas. "Essa situação poderá ter um efeito devastador na confiança dos agentes, causando rápida deterioração dos indicadores de risco-país, ativos financeiros e taxa de câmbio, com reflexos na taxa de juros doméstica. Nesta situação, seria possível até mesmo o retorno do quadro de recessão que marcou o meio da década atual".

Para a CNI, o adiamento das reformas foi um dos fatores que prejudicou o desempenho da economia e da indústria neste ano. O Informe Conjuntural lembra que o crescimento de 2018

ficou aquém do estimado no fim de 2017. O PIB do país deve fechar o ano com crescimento de 1,3%, abaixo dos 2,6% previstos inicialmente. O PIB da indústria deve crescer 1,3%, menos do que os 3% estimados no início do ano.

Além do adiamento das reformas, sobretudo a da Previdência, o estudo lembra que as incertezas sobre as eleições, a greve que paralisou os transportes e o desemprego elevado prejudicaram a recuperação da atividade econômica em 2018. Esses fatos impediram que a inflação baixa e a queda dos juros tivessem um efeito mais positivo sobre a economia, diz a CNI. (Agência Brasil)

Reforma da Previdência é urgente e necessária, reafirma Guardia

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse na quarta-feira (12) que o problema fiscal do país só se resolve enfrentando o aumento dos gastos públicos, acrescentando ser necessário e urgente aprovar a reforma da Previdência.

"É muito importante priorizar os temas pela urgência que têm para o país. O que é urgente e absolutamente necessário é aprovar a reforma da Previdência. Não resolve o problema fiscal com a privatização, resolve o problema fiscal enfrentando o problema do gasto", disse ao ser questionado se a proposta do próximo gover-

no de conseguir recursos com privatizações de estatais é viável.

Além de reduzir os gastos públicos, o ministro disse que a reforma tem o objetivo de fazer "justiça social, porque hoje existem regras desiguais" para os setores público e privado.

Crescimento

Questionado sobre o motivo de o país não ter crescido tanto quanto o governo esperava, Guardia citou uma série de fatores que ocorreram ao longo deste ano. "Em primeiro lugar, a partir do início do segundo trimestre deste ano, começa a ter maior preocupação com o com-

portamento da economia mundial", como o aumento da taxa de juros dos Estados Unidos, o que atrai investidores para aquele país que aplicam em países emergentes como o Brasil, e os conflitos comerciais.

Depois, em maio, disse o ministro, veio a greve dos caminhoneiros, com a paralisação da economia e deterioração das condições financeiras do país. Outro fator citado por Guardia foi o debate eleitoral, com dúvidas sobre qual rumo o país iria tomar. "Isso tudo agregou maior volatilidade ao longo desse período", disse.

Reforma do PIS/Cofins

Guardia disse que o ministério tem um projeto pronto que prevê a simplificação do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). O ministro havia anunciado a intenção de reformar essas contribuições em março deste ano. Entretanto, disse que não seria oportuno enviar um projeto agora para o Congresso pela inviabilidade de aprovação. "Isso tem que ser decidido pela nova equipe. Tem um novo governo eleito, um novo ministro indicado", disse. (Agência Brasil)

Abate de suínos cresce 6,8% e bate recorde no terceiro trimestre

O abate de suínos no Brasil cresceu 6,8% do segundo para o terceiro trimestre deste ano. Segundo dados divulgados na quarta-feira (12), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram abatidos 11,56 milhões de animais no terceiro trimestre do ano, um patamar recorde na série histórica iniciada em 1997. O volume tam-

bém é superior (4,7%) em relação ao mesmo período do ano passado. Para o IBGE, o abate de bovinos também cresceu no terceiro trimestre, tanto em relação ao terceiro trimestre de 2017 (3,7%).

O abate de frangos também apresentou crescimento na comparação com o segundo trimes-

tre (3,6%), mas teve queda de 3,8% em relação ao terceiro trimestre do ano passado.

Produção de ovos de galinhas cresce

A pesquisa do IBGE também constatou um recorde na produção de ovos de galinhas no terceiro trimestre (919,47 milhões de dúzias), 4,9% a mais do que no segundo trimestre e 9% acima do terceiro trimestre do ano

passado.

A aquisição de couro subiu 9,7% em relação ao trimestre imediatamente anterior e 4,3% face ao terceiro trimestre de 2017.

Já a compra de leite pelas usinas de beneficiamento aumentou 14,3% em relação ao segundo trimestre, mas caiu 0,5% frente ao terceiro trimestre de 2017. (Agência Brasil)

Equipe econômica vai sugerir veto a novos incentivos regionais

A equipe econômica deverá recomendar o veto à lei aprovada ontem (11) que ampliou incentivos para empresas instaladas nas áreas de atuação de órgãos de desenvolvimento regional, disse na quarta-feira (12) o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Segundo ele, a extensão de incentivos fiscais terá impacto de R\$ 3,5 bilhões por ano para as contas da União, totalizando R\$ 17,5 bilhões nos próximos cinco anos.

De acordo com o ministro, a prorrogação dos incentivos atuais para as Superintendên-

cias do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) já estavam previstas no Orçamento de 2019. No entanto, a ampliação dos projetos beneficiados em relação ao texto original e a extensão dos incentivos para a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudococ) não têm recursos disponíveis e podem entrar em conflito pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"Os incentivos que existem estavam no Orçamento de 2019. O problema é que foi

aprovada a possibilidade de novos incentivos nos próximos cinco anos, ampliando benefícios que temos hoje. Isso terá um impacto de R\$ 3,5 bilhões por ano não previsto nas receitas do ano que vem. Se ficar claro que isso não se adequa à Lei de Responsabilidade Fiscal, teremos de recomendar o veto", declarou Guardia em café da manhã com jornalistas.

Segundo Guardia, a LRF estabelece que, no caso de aprovação de benefícios fiscais não previstos, o governo não pode

cortar gastos para fazer a compensação. Apenas agir do lado dos tributos, aumentando alíquotas, criando tributos ou cortando outros incentivos. A ampliação dos incentivos regionais foi aprovada pelo plenário da Câmara e vai a sanção do presidente Michel Temer.

Na semana passada, a Câmara também aprovou uma emenda à Medida Provisória (MP) 851 que concede incentivos fiscais para quem faz doações a fundos patrimoniais para apoiar instituições de interesse público. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Área agrícola sustentável no Brasil equivale a uma Nova Zelândia

Nos últimos oito anos, o Brasil ampliou em 27 milhões de hectares a área de plantio que utiliza práticas agrícolas sustentáveis e emite menos gases de efeito estufa. A área equivale à extensão territorial da Nova Zelândia e contribui para que o país atinja 80% do seu compromisso voluntário de redução de emissões de carbono na área da agricultura.

A informação foi dada pelo engenheiro agrônomo Sidney Medeiros, que integra a delegação brasileira do Ministério da Agricultura na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 24). O evento está sendo realizado em Katowice, Polónia, desde o último dia 3.

Segundo Medeiros, o aumento da área sustentável ocorreu a partir de 2010, quando foi lançado o programa "Agricultura de Baixo Carbono" (ABC), que corresponde a uma das ações de incentivo ao produtor rural para adotar práticas de produção combinadas com preservação ambiental ou recuperação do solo degradado. Por meio do programa ABC, os proprietários rurais têm acesso a uma linha de crédito específica para iniciativas de plantio sustentável e adaptação a efeitos das mudanças climáticas. Desde 2010, o programa já liberou cerca de US\$ 4,4 bilhões. Para este ano, foram disponibilizados US\$ 2 bilhões, dos quais mais da metade já foi captada pelos produtores.

"Os produtores empregaram dos bancos 4,4 bilhões de dólares na adoção de tecnologias climaticamente inteligentes, basicamente recuperação de pastagens degradadas; integração lavoura, pecuária, florestas; sistema de plantio direto; plantio de florestas comerciais; fixação biológica de nitrogênio e tratamento de dejetos e resíduos da produção animal", explicou.

Medeiros esclareceu que para promover a produção de baixo carbono os produtores também têm acesso a outras fontes de recursos, inclusive internacionais, ou utilizam recursos próprios, como ocorre com mais frequência na pecuária, que é menos dependente de crédito do que a agricultura.

A agropecuária brasileira ocupa 30% do território nacional e é responsável hoje pela alimentação de mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo. O setor é um dos principais responsáveis pela maior parte das emissões de carbono do país.

O engenheiro ressaltou que a política de crédito, como um veto incentivava para a diminuição da pressão do setor sobre o remanescente de florestas nativas no país e estimular o plantio de florestas comerciais em áreas degradadas. Os recursos dos programas de créditos também podem ser utilizados pelos produtores para quitar passivos ambientais das propriedades, já que a legislação ambiental brasileira obriga que as propriedades privadas mantenham uma parte com vegetação nativa. Até 2030, o Brasil deve replantar pelo menos 12 milhões de hectares de vegetação nativa, conforme meta prevista no âmbito do Acordo de Paris. "Isso também vem possibilitando que os produtores tomem crédito para se adequar à legislação e, consequentemente, contribuir para essa meta brasileira de restauração. Como também é possível financiar florestas comerciais, e no caso da linha de crédito programa abc, essas florestas comerciais obrigatoriamente tem que ser implantadas em áreas degradadas. Hoje até hoje forma plantados mais de 1 milhão de hectares de floresta. Então, possivelmente esse número vai contribuir para aquela meta de 12 milhões de hectares", comentou Medeiros.

O programa ABC integra o plano Safra, que dispõe em torno de US\$ de 50 bilhões de crédito por ano para investimento, custeio (compra de materiais, insumos, fertilizantes, sementes por exemplo) e apoio à comercialização da produção. Esse volume, segundo o engenheiro, corresponde a apenas 30% de tudo o que é investido na agropecuária brasileira.

Durante a programação do Espaço Brasil, a equipe do Ministério apresentou o programa Fip Paisagem, que disponibilizará US\$ 21 milhões para cerca de 4 mil produtores rurais do Cerrado para que eles adotem técnicas de restauração de pastagem degradada e de recuperação de passivos ambientais.

O programa é financiado pelo Banco Mundial e será executado pelo Ministério da Agricultura em parceria com o Serviço Florestal a partir de janeiro de 2019.

Outras linhas de financiamento

Também durante a programação do Espaço Brasil na COP 24, foram apresentadas algumas linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) específicas para a recuperação florestal e ecológica. Atualmente, o banco oferece diferentes linhas de crédito para empresários ou proprietários rurais que promovem a restauração de áreas desmatadas.

Em uma das modalidades, o banco selecionou 24 projetos em 2009 com um edital que disponibiliza cerca de R\$ 70 milhões. Em 2015, foi aberta uma segunda chamada pública com a disponibilização de R\$ 200 milhões para projetos que abrangem uma área de três mil hectares. O processo, que conta com a participação do Serviço Florestal, está em fase de análise de documentos dos inscritos. A chefe do departamento de meio ambiente do BNDES, Daniela Baccas, ressaltou que o banco tem interesse em ampliar a participação dos empreendedores nos produtos voltados para atividades ecológicas.

Atualmente, o banco tem uma linha de crédito reembolsável para empresas e proprietários rurais a partir do Fundo do Clima e é reembolsável para instituições sem fins lucrativos que atuam em unidades de conservação e preservação permanente, reservas legais em assentamentos rurais, terras indígenas ou reservas particulares de patrimônio natural. No caso de iniciativas de restauração na Amazônia, o apoio do banco ocorre por meio do Fundo Amazônia.

Segundo Daniela, o objetivo do banco é destacar o viés econômico e estratégico por trás da promoção da restauração ecológica. A ideia é que o setor empresarial fomente essa agenda a partir de uma visão de desenvolvimento, geração de empregos e formação de cadeias de valor associadas à restauração. "A gente precisa dar escala a esses projetos, pra que eles não fiquem iniciativas isoladas", comentou.

Um dos principais desafios é convencer o setor dos benefícios econômicos e afastar o risco de ter a imagem associada a desmatamento e outras práticas não sustentáveis. (Agência Brasil)

BR Towers SPE I S.A.

Companhia Aberta - CVM nº 2205
CNPJ nº 14.206.271/0001-99 - NIRE 35.300.445.350

DIÁRIO RELEVANTE

A BR Towers SPE I S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 358, de 30 de setembro de 2012, conforme alterada, disponibiliza aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 05 de dezembro de 2018, recebeu o Ofício nº 454/2018/CVM/SEP/GEA-1 da CVM, por meio do qual foi deferido o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta como emissor de valores mobiliários na categoria "B", o qual foi deliberado por seus acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 22 de novembro de 2018, em São Paulo, 10 de dezembro de 2018. Maria Cecília Calza Fardinelli - Diretora de Relações com Investidores.

Senado aprova intervenção em Roraima; decreto vai à promulgação



tudo agora

por Maurício Pizzo Galhardo

Exposição gratuita mostra as primeiras construções de São Paulo e vinda dos imigrantes. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo lançou na terça-feira, 11, às 12 horas, a exposição fotográfica "O progresso paulista começa pela Secretaria de Agricultura", no hall de entrada de sua sede, localizada no centro de São Paulo. A exposição poderá ser visitada gratuitamente até o final do mês. Composta por seis grandes painéis com 58 fotos de 1895 a 2014, a exposição traz registros das principais obras e edifícios construídos que marcam o início do desenvolvimento da cidade de São Paulo, bem como a expansão rural e a diversificação de culturas como alternativa à do café e à instalação das primeiras famílias de imigrantes europeus e japoneses no interior do Estado. As imagens mostram ainda a construção do Theatro Municipal, Escola Politécnica e Penitenciária do Estado, entre outras curiosidades. Compõem o acervo fotos da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, restauradas pelo Centro de Memória da Unicamp (CMU), e acervo próprio da Secretaria, bem como da Ceagesp, Museu Paulista da Universidade de São Paulo e outras instituições.

"A exposição resgata e preserva a história e a contribuição da Secretaria para a construção do Estado de São Paulo. Desde sua origem, quando ainda era o órgão responsável pela construção de edifícios, monumentos e obras de saneamento e telecomunicações, até seu papel no acolhimento dos imigrantes que ajudaram a desenvolver a nossa agropecuária", comentou o secretário da Pasta, Francisco Sérgio Ferreira Jardim.



Barata diz que setor repassou R\$ 145 mil a Cabral desde 2010

O empresário do setor de ônibus Jacob Barata Filho disse que o setor repassou R\$ 145 milhões ao ex-governador Sérgio Cabral, no período de 2010 a 2016. Ele depois nesta quarta-feira (12) ao juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal, no âmbito da Operação Ponto Final.

Barata, que chegou a ser preso no Aeroporto Internacional do Galeão, quando estava prestes a viajar ao exterior, ressaltou que ele próprio jamais entregou qualquer valor a Cabral. Segundo ele, quem tratava diretamente de pagamentos era o ex-diretor da Federação das Empresas de Ônibus (Fetransp) José Carlos Lavoras, atualmente no exterior, foragido da Justiça.

Barata contou a Bretas que a prática do pagamento de propinas a políticos era muito antiga no estado do Rio de Janeiro, e que ela só não ocorreu durante o governo de Leonel Brizola, que acabou encampando algumas empresas.

Juiz não deve expressar opinião pessoal em redes sociais, diz Toffoli

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, disse na quarta-feira (12) que, em sua avaliação, os magistrados brasileiros precisam ser resguardados e não devem expressar opiniões e desejos pessoais publicamente, em especial nas redes sociais.

"Eu não me sinto, nem agora como presidente do Supremo, autorizado para falar em nome público [sobre] questões relativas a opiniões que possa ter, desejos que possa ter. Porque o juiz não pode, é um encargo, é um ônus que nos temos", afirmou. "Nos temos que nos preservar, senão perdemos nossa autoridade, simples assim".

Toffoli acrescentou que por pensar assim não possui nenhum perfil em redes sociais. "Eu até hoje nunca o fiz em respeito à instituição que eu integro", disse. Ao menos dois ministros do Supremo — Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes — mantêm

O Senado aprovou na quarta-feira (12) o decreto presidencial que autoriza a intervenção federal no estado de Roraima até o dia 31 de dezembro. O texto foi assinado pelo presidente Michel Temer no último sábado (8) em virtude do "grave comprometimento da ordem pública" após paralisação deflagrada por policiais e agentes penitenciários, que estão com salários atrasados.

Como foi aprovado na terça-feira (11) pelos deputados, o Decreto 9.602/18 segue agora para promulgação. Ele garante a continuidade das ações que, na prática, garantem autonomia do interventor da União sobre o governo estadual, ficando subordinado diretamente à Presidência da República. O nome escolhido para o cargo por Temer foi o governador eleito, Antonio Denarium (PSL), que substituirá a governadora Suelly Campos (PP) no comando do Poder Executivo do estado.

Diferentemente da intervenção decretada no início do ano no estado do Rio de Janeiro na área de segurança pública e a atuação de agentes federais em Roraima ocorrerá em todas as áreas, situação inédita desde a Constituição Federal de 1988. O decreto foi aprovado por maioria simbólica dos senadores, com a contrariedade de alguns parlamentares que foram à tribuna

crítica a medida.

O estado passa por uma crise econômica e humanitária há mais de um ano, quando milhares de venezuelanos iniciaram um processo migratório, especialmente por Pacaraima, cidade fronteiriça, devido à instabilidade política e econômica por qual passa o país vizinho, presidido por Nicolás Maduro.

Segundo Humberto Costa (PT-PE), o cenário do estado é "crítico e cruel há muito tempo" e, apesar das dificuldades pelas quais vêm passando os moradores, algumas preocupações o faziam votar contra a intervenção.

"Nessa intervenção, nós estamos tendo duas irregularidades graves, dois ataques frontais à Constituição, porque nós estamos reduzindo o mandato de um governador eleito e antecipando a posse de um governador eleito. Ao final das contas, é isso que está acontecendo. E eu acho que esses são precedentes extremamente perigosos, em particular pelo perfil político, pelo histórico de autoritarismo que caracteriza o futuro presidente da República, que pode tornar esse um gesto praticamente trivial ou banal da qual para frente", afirmou.

A opinião foi compartilhada pela senadora Vanessa Grazziotin (BOCAM). "Se as razões são exatamente essas que estão escri-

tas no papel, muitos estados brasileiros deveriam sofrer hoje intervenção. Greve de servidor é motivo para intervenção? Eu pergunto: onde é que nós chegaremos com isso? Onde o Brasil chegará com isso? E o Parlamento vai dar autorização para que isso aconteça?", questionou.

Romero Jucá, representante do estado e líder do governo no Senado, disse que a situação em Roraima foi se agravando há mais de um ano. Ele defendeu que o governo precisava garantir a "ordem, a paz e a cidadania" e viabilizar o pagamento das despesas de pessoal.

"Não havia outra forma. As instituições estavam no chão. O presidente, então, tomou a decisão de fazer a intervenção e contamos para conduzir a intervenção o atual governador eleito. Não tinha sentido, faltando 20 dias para terminar o ano, o governo trazer, a mais, alguém de fora, para dar a condição de governar o que não conhecia", disse, informando que a União vai repassar R\$ 225 milhões de imediato ao governo do estado para "cobrir parte dos salários dos profissionais", argumentou.

A necessidade da intervenção foi defendida também pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). De acordo com ele, é preciso entender a situação excepcional da economia e outras áreas

de Roraima. O parlamentar disse que se a medida fosse tomada antes das eleições, ela teria impacto político-eleitoral.

Entenda
Segundo o decreto, a intervenção federal em Roraima foi definida em decorrência do "grave comprometimento da ordem pública", devido aos problemas relacionados à segurança e ao sistema penitenciário do estado.

De acordo com a norma, Denarium ficará subordinado ao presidente da República e não está sujeito às normas estaduais que conflitam com as medidas necessárias à intervenção. A medida abrange o Poder Executivo do estado.

O interventor poderá requisitar a quaisquer órgãos, civis e militares, da administração pública federal, os meios necessários para a intervenção, ressalvada a competência do presidente da República para o emprego das Forças Armadas.

Por meio do Twitter, o ministro da Casa Civil, Eliseu Paulillo, disse na segunda-feira (10) que, com a intervenção, a gestão administrativa do estado passa a ser de responsabilidade do governo federal. "Portanto não haverá repasse de recursos da União para o estado. Os pagamentos serão feitos pela União", disse na rede social. (Agência Brasil)

Governadores querem participar da formulação de medidas para segurança

O Fórum de Governadores, reunido na quarta-feira (12) em Brasília, aprovou um documento entregue ao futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, com seis medidas para a segurança pública, focadas na proteção das fronteiras e na reestruturação do sistema penitenciário. Os governadores sugeriram a Moro que os projetos do governo federal nessa área sejam debatidos com os governadores, uma vez que serão eles os responsáveis pela execução das ações.

"Não adianta vir com fórmula pronta, sem ouvir os governadores, porque somos nós que vamos implementar a política de segurança pública", disse o governador eleito do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB).

No encontro, os governadores sugeriram que Moro se reúna com os secretários es-

taduais de Segurança Pública, na segunda quinzena de janeiro, para debater as medidas.

Quinze em presidente federais e cobraram decisões mais rápidas do Judiciário em relação aos presos provisórios. A terceira proposta é endurecer as políticas de enfrentamento dos delitos de corrupção, violentos e os praticados por organizações criminosas. A partir de convênios com as polícias Civil e Federal.

O quarto item da pauta trata do incremento da inteligência e das ações ostensivas nas fronteiras, com fortalecimento dos sistemas de tecnologia para a identificação da entrada de drogas e armas no território brasileiro. Os governadores querem incentivar a implantação do Banco Nacional de Impressões Digitais, o que resolveria os crimes, especialmente homicídios.

Os governadores recomendaram o isolamento dos presidiários vinculados a facções criminosas em presídios federais e cobraram decisões mais rápidas do Judiciário em relação aos presos provisórios. A terceira proposta é endurecer as políticas de enfrentamento dos delitos de corrupção, violentos e os praticados por organizações criminosas. A partir de convênios com as polícias Civil e Federal.

O quarto item da pauta trata do incremento da inteligência e das ações ostensivas nas fronteiras, com fortalecimento dos sistemas de tecnologia para a identificação da entrada de drogas e armas no território brasileiro. Os governadores querem incentivar a implantação do Banco Nacional de Impressões Digitais, o que resolveria os crimes, especialmente homicídios.

Em sexto lugar, os governadores defendem a promoção de políticas sociais, para solução dos problemas de segurança pública, geração de empregos e melhoria do bem-estar da população. Essas ações seriam feitas em parceria do governo federal com os estados e abrangeriam as áreas de educação, saúde e habitação. Medidas para a unificação das polícias Militar e Civil, redução da capacidade penal e flexibilização do porte de armas não foram propostas porque não têm consenso entre os governadores.

No encontro, os governadores decidiram que, no próximo mês, não haverá reunião. Os encontros serão retomados em fevereiro, cujo tema será reforma da Previdência. Em março, eles vão discutir saúde; em abril, infraestrutura e, em maio, educação. (Agência Brasil)

TCU pede ao governo envio de mais informações sobre cessão onerosa

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou na quarta-feira (12) que o Ministério de Minas e Energia e o Conselho Nacional de Política Econômica (CNPE) encaminhem informações complementares em torno da revisão do contrato de cessão onerosa firmado entre a Petrobras e a União e o leilão de excedentes. A análise técnica da Corte considerou como "precarías e incompletas" as informações encaminhadas anteriormente pelo ministério. O prazo para o envio das informações é de 45 dias.

Em seu voto, o ministro José Múcio Monteiro seguiu o entendimento da área técnica da Corte. Com a decisão desta quarta-feira, o TCU quer o envio dos estudos técnicos e econômicos que "embasam a proposta de aproveitamento dos volumes excedentes nas áreas destinadas à produção da cessão onerosa bem como a produção de novas minutas que contemplem o núcleo de conteúdo de análise de forma integrada à revisão do contrato da cessão onerosa", diz relatório da área técnica.

O contrato da cessão onerosa foi assinado entre a Petrobras e a União assinado em 2010. Pelo contrato, a Petrobras adquiriu os direitos para explorar, avaliar e produzir até 5 bilhões de barris de óleo equivalente (petróleo mais gás natural) em seis áreas do pré-sal da Bacia de Santos. Para esta transação, a

Petrobras pagou R\$ 75 bilhões (US\$ 42 bilhões) em 2010. Entretanto, estudos posteriores confirmaram a existência de uma quantidade bem maior do que previsto inicialmente.

Venda de excedente
Em setembro, a Corte havia recebido do ministério uma minuta do termo aditivo ao contrato de cessão onerosa, cuja revisão contratual está em curso desde meados de 2014. A medida atendeu a resolução firmada durante reunião extraordinária do CNPE, em 11 de setembro, que recomendou ao ministério o envio prévio, para análise do tribunal, das minutas do aditivo ao referido contrato e de edital e minuta de rodada de licitação para os volumes excedentes sob contratados pela Petrobras sob regime de cessão onerosa.

E justamente a venda desse excedente que vem sendo negociada pela empresa e a União. O leilão do excedente da cessão onerosa, em preparação pelo Ministério de Minas e Energia e previsto para o primeiro semestre de 2019, vai ofertar entre três ou quatro áreas. A contratação ou nos projetos de Búzios, Itaipu, Atapu e Sépia. Com o certame, o governo acredita que a União pode receber até R\$ 100 bilhões em receitas oriundas de bônus de assinatura a serem pagos pelas petroleiras vencedoras.

Em seu voto, o ministro destacou que a documentação envi-

ada não leva em consideração as particularidades do debate e que os documentos enviados se assemelham às minutas-padrão usadas nos contratos para partilha de produção. "Considerando que se trata de análise integrada, seria necessário o envio de estudos técnicos e econômicos para demonstrar e justificar a conciliação da proposta de licitação com a execução do contrato de cessão onerosa", disse o ministro.

Na análise técnica da corte, pelo menos três pontos afetam o debate sobre o valor de revisão e consequentemente a valoração dos volumes excedente a serem ofertados: a consideração de minutas de projetos fixos acumulados pela Petrobras; a queda no preço futuro do petróleo utilizado para cálculo do preço de referência; e o uso da moeda nacional como referência para o cálculo da amortização fiscal do bônus de assinatura e da depreciação de ativos.

Projeto no Senado
O debate em torno do tema tem gerado desgaste entre o Senado e a Corte. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), saiu em defesa do projeto de lei (PLC) 78/18 aprovado na Câmara e em tramitação no Senado. O texto autoriza a Petrobras a transferir a petroleiras privadas até 70% de seus direitos de exploração de petróleo na área do pré-sal.

Em várias ocasiões o presidente da Casa disse que a reali-

zação do leilão sem aprovação do projeto seria "passar por cima" do Congresso. Entretanto, até o momento, não houve entendimento a respeito de tratativas para viabilizar que parte dos royalties sejam divididos com estados e municípios e a matéria segue parada no Senado.

Já o entendimento da área técnica do TCU é que o projeto de lei é desnecessário para a execução do leilão, uma vez que dependeria apenas da revisão do contrato entre a Petrobras e a União, sendo assim, uma relação privada entre as partes.

Leilão
Na terça-feira (11), o secretário executivo do ministério, Márcio Felix, disse que o governo já esperava que TCU reforçasse o entendimento da área técnica da Corte a respeito da realização do leilão do contrato de cessão onerosa. "O projeto de lei é bem-vindo, mas há contrariedade se ele é necessário. O TCU, na área técnica, tem o entendimento de que a interpretação deles é suficiente", disse Felix.

O leilão também será abordado na próxima segunda-feira (17), na última reunião do ano do CNPE. De acordo com o secretário, o conselho deve autorizar a realização do leilão do excedente da cessão onerosa para o primeiro semestre de 2019. Também deve ser liberada a 6ª rodada de pré-sal, prevista para o segundo semestre do próximo ano. (Agência Brasil)

Rubens Barrichello conclui sua sexta temporada na Stock Car

Piloto da Mobil Super Full Time fica na quarta posição na tabela geral do campeonato

Final de mais uma temporada, a sexta de Rubens Barrichello na Stock Car. O piloto de 46 anos completou mais um ano de carreira ativa, somando assim 19 na principal categoria de automobilismo mundial, e 6 na principal categoria nacional, adicionando ainda um ano na Fórmula Indy e outros em categorias de acesso.

Barrichello, que largou da vigésima terceira posição na última etapa em Interlagos, escalou o pódio e recebeu a bandeira quadriculada em sexto. O resultado somou mais 31 pontos na tabela e garantiu o quarto lugar, com um total de 242 pontos.

Foram 2 pole positions, 2 vitórias e 3 pódios na temporada 2018. A retrospectiva fica assim: pódio na corrida de convidados com Filipe Albuquerque, pódio na primeira corrida em Londrina, vitória na Corrida do Milhão, pódio no Velo Città e vitória na segunda etapa de Londrina. Ex-



Rubens Barrichello

celebrante saldo para o ano de um dos pilotos mais experientes na história do automobilismo.

"Um ano maravilhoso! Tivemos alguns problemas que nos deixaram com uma instabilidade durante a temporada que acabou nos distanciando do Daniel Serra, que fez uma bela temporada e levou o título. Vitórias importan-

tes, e esse foi um 2018 de redefinição para mim que passei por um problema de saúde no começo da temporada. Enfim, só tenho a agradecer à equipe Full Time, aos meus parceiros Mobil, Eurofarma e nesta última etapa a entrada da Helayn no carro. Estou de alma lavada e já com saudades de pilotar meu #111."

disse Rubens Barrichello.

Marília Goldschmidt, a coordenadora de marketing da Mobil, que está com Rubens desde 2016 e neste ano era o principal apoiador do piloto, resumiu o ano para a marca: "Neste domingo se encerrou uma temporada que começou com uma grande incerteza para nós da Mobil. No começo do ano, quando recebemos a notícia do AVC do Rubinho, não tínhamos certeza de como essa temporada terminaria para nós em relação ao Motorsports. Hoje, no entanto, consigo dizer que foi uma etapa maravilhosa e de muita superação. Logo na primeira corrida após o incidente com o Rubens, conseguimos um emocionante 2º lugar na prova de Duplas. Além disso, conquistamos importantes vitórias como a incrível Corrida do Milhão e também em Londrina. Já no âmbito de Marketing, utilizamos a Stock Car para lançarmos a nossa principal campanha do ano

com a mudança do layout do carro 111 na etapa de Londrina. A campanha 'Se tem movimento, tem Mobil' visa mostrar a todos a grande importância dos nossos lubrificantes que estão presentes no dia a dia das pessoas com seus carros, motos e caminhões, mas

também estão presentes em locais onde menos se imagina, como em uma expedição para o espaço e também no Bondinho do Pão de Açúcar. Gostaria de agradecer a Full Time Sports e ao Rubens Barrichello por essa temporada surpreendente."

Superliga Cimed 18/19

Fiat/Minas e São Francisco Saúde/Vôlei Ribeirão encerram a rodada

Partida será nesta quinta-feira, às 20h30, em Belo Horizonte, com transmissão ao vivo do SporTV 2



São Francisco Saúde/Vôlei Ribeirão

A nona rodada do turno da Superliga Cimed masculina de vôlei 2018/2019 será encerrada nesta quinta-feira (13) com a partida entre Fiat/Minas (MG) e São Francisco Saúde/Vôlei Ribeirão (SP). O confronto será às 20h30, na Arena Minas, em Belo Horizonte (MG), e terá transmissão ao vivo do SporTV 2.

O time mineiro é o oitavo colocado na tabela da competição com 10 pontos após três vitórias e cinco derrotas. Já a equipe paulista aparece logo abaixo, na nona posição, com nove pontos somados com a mesma campanha de resultados positivos e negativos.

Para o jogo desta quinta-feira, em casa, o libero Maíque sabe que tem tudo para ser um confronto equilibrado e espera ajudar seu time a conseguir uma vitória.

"Estamos vindo de uma sequência pesada de jogos e independentemente dos resultados nossa equipe está evoluindo e crescendo muito. O São Francisco Saúde/Vôlei Ribeirão é uma equipe forte e esse tem tudo para ser um belo jogo", afirmou o jogador do Fiat/Minas.

Maíque ainda complementou sua opinião. "Nossa preparação está intensa e estamos muito motivados para nos apresentarmos bem. Nosso objetivo é fazer o nosso melhor e tenho certeza que as duas equipes irão dar um show em quadra para os amantes de voleibol. Vamos fazer de tudo para sair com a vitória", disse Maíque.

Do lado do São Francisco Saúde/Vôlei Ribeirão, o ponteiro Ricardo comentou sobre o atual momento da sua equipe.

"Tivemos um início com algumas derrotas em confrontos diretos que acabaram nos prejudicando na tabela. Retomamos o trabalho buscando pontos nas outras partidas. Pontuamos contra o Vôlei Renata e vamos buscar essa vitória amanhã contra o Fiat/Minas, apesar do equilíbrio previsto nessa Superliga Cimed. Estamos colados nesses e uma vitória nos coloca entre os oito primeiros na tabela", destacou Ricardo.

O ponteiro também destacou a qualidade do adversário desta quinta-feira. "O Fiat/Minas tem um grande levantador, que é o Marlon, experiente e com uma qualidade impressionante, mas estamos em Belo Horizonte para fazer um bom jogo e buscar a vitória, respeitando muito a equipe e sabendo que não é fácil jogar na casa deles. Temos que jogar tudo que podemos para surpreender o adversário", complementou Ricardo.

A nona rodada terá início nesta quarta-feira (12.12) com os outros cinco jogos. O primeiro será Sesc RJ x Sesi-SP, às 19h30, na Jeunesse Arena, no Rio de Janeiro (RJ), com transmissão do SporTV 2.

As 20h serão os outros quatro: Corinthians-Guarulhos (SP) x Vôlei UM Itapetininga (SP), em Guarulhos (SP); Vôlei Renata (SP) x Caramuru Vôlei (PR), em Campinas (SP); São Judas Voleibol (SP) x Copel Telecom Maringá Vôlei (PR), em São Bernardo do Campo (SP); e EMS Taubaté Funvic (SP) x Sada Cruzeiro (MG), este no ginásio do Abate-té, em Taubaté (SP), com transmissão do Canal Vôlei Brasil (<http://canalvoleibrasil.cbv.com.br>).

Paulista Light de Kart

Matheus Ferreira encerra ano de conquistas com mais um pódio



Jovem talento do kart brasileiro, Matheus Ferreira encerrou sua temporada no último final de semana na Paulista Light em Aldeia da Serra com mais um pódio. O piloto brasileiro de 11 anos foi o quarto colocado na somatória de pontos da etapa final do campeonato.

Na tomada de tempos, Matheus fez o segundo melhor tempo, enquanto na rodada tripla ele terminou com a sétima posição na primeira prova, foi o quarto na corrida 2 e fechou com a terceira posição na prova final.

"Nós andamos sempre entre os três primeiros o final de semana inteiro e brigamos pela vitória em todas as corridas. Tomei uma punição de 10 segundos na primeira corrida, senão o resultado seria ainda melhor na classificação geral", diz Matheus.

Matheus Ferreira foi vice-campeão no Brasileiro de Kart

que fez sua primeira temporada no Júnior Menor em 2018.

Integrante do time Cimed Racing, Matheus foi vice-campeão brasileiro de kart neste ano, além de ter finalizado a Copa São Paulo de Kart com o terceiro lugar na temporada.

"Foi um ano especial para mim, já que tive bons resultados nos torneios nacionais e pude disputar meu primeiro campeonato na Europa, além de entrar para o time Cimed Racing", diz Matheus, que foi campeão paulista de kart em 2017.

Em torneios nacionais, Matheus vem de várias outras conquistas recentes. O piloto também tem boas participações nos Estados Unidos, onde finalizou o Florida Winter Tour no top-5 e ficou no top-10 do SKUSA por dois anos seguidos (2016 e 2017). Para o ano de 2019, Matheus já tem seu plano traçado e focará suas participações nos campeonatos europeus.

Belo Horizonte pronta para o Circuito CAIXA TRIDAY Series 2018

Domingo, dia 16 de dezembro, marcará o término da temporada 2018 do Circuito CAIXA TRIDAY Series. A cidade de Belo Horizonte receberá a competição, criada para movimentar o triatlo nacional, dando oportunidade para iniciantes e experientes na modalidade. A capital mineira está pronta para a disputa, programada para Alphaville, na Lagoa dos Ingleses, reunindo atletas para suas duas distâncias. A etapa do CAIXA TRIDAY Series BH ainda será válida para o Campeonato Mineiro de Triathlon.

As inscrições para a prova seguem abertas e podem ser feitas pelo site oficial, www.tridayseries.com.br. A etapa tem taxa de R\$ 400,00 para as Sprint - 750m de natação,

20km de ciclismo e 5km de corrida - e Olímpico - 1,5km/40km/10km, e R\$ 600,00 para o Revezamento. Mais informações podem ser obtidas no site.

Uma força no triatlo nacional, Minas Gerais já revelou e segue revelando destaques para a modalidade. Com seu relevo, repleto de subidas e descidas, a etapa tem tudo para ser bastante técnica e equilibrada, sendo uma ótima atração para o público no fim de semana.

Ao longo do ano, o circuito acabou por agir a modalidade, proporcionando opções para os atletas já praticantes de triatlo e também incentivando novos desafios entre aqueles que ainda não experimentaram a modalidade.

O Circuito CAIXA TRIDAY Series é uma realização da Uni-



Circuito CAIXA TRIDAY Series

mited Sports, com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, Governo Federal, Mizano e Omnit e apoio Peditlyte Pro,

Tenys Pé Baruel, Trek, Lindoya Verão, Care Club, Gu e Verde Campo. Mais informações no www.tridayseries.com.br

circuito das estações

#EncontreSuaRazão

Etapa

VERÃO

16/12

SÃO PAULO 5k e 10k

inscreva-se já!

circuitodasestacoes.com.br